

**Relatório de Gestão
Exercício de 2022**

Em cumprimento das disposições legais em vigor, a Direção da Fundação Joana Simões de Alpuj apresenta o seu relatório de gestão e os documentos de prestação de contas referente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2022.

MANDATO DA FUNDAÇÃO

A Fundação Joana Simões de Alpuj registada na Conservatória do Registo Comercial RNPC – Registo de Fundações, com a matrícula e identificação de pessoa coletiva número 513463267, reconhecida por despacho do Senhor Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, de 27 de Março, publicado no Diário da República, II série, de 21 de Abril de 2015, sob o número 3930/2015, tem a sua sede social na Rua Latino Coelho número, 6º andar, 1050-132 Lisboa, tem como fim a recuperação de objectos litúrgicos, de arte sacra, de paramentaria, objectos de interesse artístico ou de suporte da devoção cristã, que estejam no circuito comercial a fim de, com os adequados cuidados de restauro, conservação e segurança, destiná-los ao culto Católico.

CONJUNTURA MACROECONÓMICA

Apesar das fortes perturbações geopolíticas decorrentes da guerra na Ucrânia, da crise energética que daí derivou e também do choque inflacionista, para níveis não vistos desde há 30 anos, o ano de 2022 foi caracterizado do ponto de vista macroeconómico pela continuação de recuperação da atividade económica em Portugal face ao impacto muito negativo sentido em 2020 resultante da pandemia.

Em face do choque inflacionista a nível global, as autoridades monetárias dos países mais desenvolvidos e da União Europeia em particular, reverteram as políticas monetárias expansionistas e foram aumentando sucessivamente as taxas de juro e diminuíram drasticamente as compras de dívida pública, reduzindo a liquidez dos mercados e aumentando o custo do dinheiro para países, empresas e famílias.

Ainda assim, o crescimento da economia portuguesa terá atingido os 6,7% em 2022 recuperando praticamente o nível de produto em relação a 2019, ano imediatamente anterior à pandemia. Em níveis já acima da pré-pandemia ficaram todas as componentes da procura, o investimento e as exportações. Possivelmente pelo fato de o aumento de taxas de juro afetar mais o investimento em bens duradouros e também pelo fato de os Bancos não estarem a refletir aumentos de taxas para o aforro, o consumo privado acelerou substancialmente mais do que estava previsto, dificultando a redução a inflação, mas contribuindo para a recuperação do PIB nominal e, em particular para a recuperação dos setores do comércio, restauração e outros serviços. As exportações aumentaram igualmente durante 2022 e estão já claramente acima do nível pré-

pandemia, para o que muito ajudou o impacto positivo no turismo devido ao fim das restrições nas viagens internacionais.

ATIVIDADE EM 2022

No ano de 2022 destaca-se como actividade da Fundação o estudo e acompanhamento do projecto internacional de instalação do Museu da Custódia da Terra Santa –manifestamente o último grande tesouro do Ocidente-, onde se projecta uma sala com as ofertas de bens litúrgicos efectuadas pela Coroa Portuguesa. Todo o projecto e de um modo absolutamente expressivo, assume importante e extraordinário interesse para a exposição pública do melhor que as artes de Portugal conseguiram para servir liturgicamente e ornamentar o culto católico quer em benefício do peregrino português quer do oriundo de toda a orbe cristã.

Também no plano internacional, mas com imediato benefício da liturgia da Igreja em Portugal, manteve a Fundação a cooperação com a Pontifícia Universidade da Santa Cruz e o respectivo Comité Português de Benfeitores, tendo-se elevado a € 71.435,00 o valor do apoio conseguido e prestado.

Como habitualmente a Fundação acompanhou o mercado de arte e leilões, tendo este ano apenas seleccionado e licitado, entre dezenas de eventos e ofertas, uma Custódia, que, sob o Lote 206, integrava o Leilão número 15 da Veritas Art Auctioneers. Infelizmente os valores de sucessivos lances excederam o limite que tínhamos previamente fixado à licitação.

Mais um ano passou e não obstante o reiterado empenho dos nossos advogados nos Estados Unidos da América, ainda não se conseguiu a adjudicação do legado do depósito no banco Chase Manhattan JP Morgan à Fundação, como também em Portugal, subsistem ainda as morosas diligências junto da Caixa Geral de Depósitos para o mesmo efeito.

OUTROS PONTOS A REFERIR

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que devam ser relatados.
A Fundação não tem sucursais em território nacional ou internacional;

Em absoluto, a Fundação apresenta a sua situação financeira regularizada com qualquer entidade privada ou pública, sublinhando-se em particular não existirem quaisquer dividas fiscais para com a Autoridade Tributária e Aduaneira nem para com a Segurança Social.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Activo total da Fundação ascendeu este ano a € 1.403.631,47 (um milhão quatrocentos e três mil seiscentos e trinta e um Euros e quarenta e sete cêntimos).

COLABORAÇÃO

A Administração expressa o seu sentido reconhecimento:

- A todos os seus Colaboradores pelo seu empenho, dedicação, competência e sentido de dever demonstrados;
- Às Parcerias pela sua cooperação comprometida e construtiva.
- Aos fornecedores de bens e serviços pela empatia que manifestaram com a actividade da Fundação.
- À Navalho, Morais & Associados, SROC, L.da e ao gabinete de contabilidade Taxdata.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício, traduziu-se num resultado negativo de -45.644,31 € (Quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e trinta e um cêntimos) que se sugere transitar, como estatuído, quer para as reservas legais elegíveis quer, os remanescentes, para a Conta de Resultados Transitados.

Dado em Lisboa aos, 09 de Fevereiro de 2024



A Direção

Fundação Joana Simões Alpuy

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2022

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022.....	3
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2022.....	4
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2022	5
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022.....	6
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	8
3. Principais políticas contabilísticas.....	9
4. Ativos fixos tangíveis.....	10
5. Outros investimentos financeiros.....	11
6. Estado e Outros Entes Públicos.....	11
7. Caixa e depósitos bancários	11
8. Fornecedores	11
9. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12
10. Outras dívidas a pagar.....	12
11. Subsídios, doações e legados à exploração.....	12
12. Fornecimentos e serviços externos.....	12
13. Outros rendimentos.....	13
14. Outros gastos e perdas.....	13
15. Eventos subsequentes.....	13
16. Informações exigidas por diplomas legais.....	13

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Fundação Joana Simões Alpy
Balço Individual em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.22	31.dez.21
ATIVO			
<i>Ativo</i>			
Ativos fixos tangíveis	4	16 168,43	16 168,43
Outros investimentos financeiros	5	40 998,39	42 398,06
Total dos Ativos Não Correntes		57 166,82	58 566,49
Estado e outros entes públicos	6	141,95	141,95
Caixa e depósitos bancários	7	1 346 296,70	1 381 034,84
Total dos Ativos Correntes		1 346 464,65	1 387 080,79
		1 403 631,47	1 445 647,28
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
<i>Fundos Patrimoniais</i>			
Fundos		250 000,00	250 000,00
Resultados transitados		36 333,81	(51 369,55)
Resultado líquido do exercício		(45 644,31)	87 703,36
Total dos Capitais Próprios		240 689,50	286 333,81
<i>Passivo</i>			
Fornecedores	8	6 257,95	2 629,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	1 154 846,79	1 154 846,79
Estado e outros entes públicos	6	1 585,00	1 585,00
Outras dívidas a pagar	10	252,23	252,23
Total dos Passivos Correntes		1 162 941,97	1 159 313,47
Total do Passivo		1 162 941,97	1 159 313,47
		1 403 631,47	1 445 647,28

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 8 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

R. T. A. M. C.

A DIREÇÃO

Paulo Jesus P. Silva

Fundação Joana Simões Alpy

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

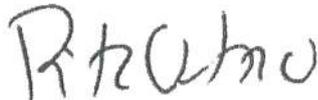
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.22	31.dez.21
Subsídios, doações e legados à exploração	11	52 345,00	32 745,00
Fornecimentos e serviços externos	12	(25 671,41)	(13 405,82)
Outros rendimentos	13	19 090,00	98 531,00
Outros gastos	14	(91 407,90)	(30 166,82)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(45 644,31)	87 703,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(45 644,31)	87 703,36
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Resultado antes de impostos		(45 644,31)	87 703,36
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(45 644,31)	87 703,36

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 8 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Fundação Joana Simões Alpuj

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	31.dez.22	31.dez.21	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			+
Pagamentos a fornecedores	(14 155,26)	(27 596,69)	-
Pagamentos ao pessoal	-	-	+/-
Caixa gerada pelas operações	(14 155,26)	(27 596,69)	+/-
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-	+/-
Outros recebimentos/pagamentos	(20 582,88)	35 452,21	+/-
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	(34 738,14)	7 855,52	+/-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	-	-	+
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	-	-	+/-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	-	-	+
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-	-	+/-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(34 738,14)	7 855,52	+/-
Efeito das diferenças de câmbio	-	-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 381 034,84	1 373 179,32	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 346 296,70	1 381 034,84	

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 8 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

R. K. C. A. C.

A DIREÇÃO

Paulo João P. Almeida

Fundação Joana Simões Alpuzy

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2022

(Valores expressos em euros)

	Fundos	Reservas	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2022	250 000,00	-	-	(38 540,50)	-	74 874,31	286 333,81
A alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de reavaliação de ativos	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas em fundos patrimoniais	-	-	-	(26 555,86)	-	26 555,86	-
	-	-	-	(26 555,86)	-	26 555,86	-
Resultado Líquido do Período						(45 644,31)	(45 644,31)
Resultado Integral						(19 088,45)	(45 644,31)
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2022	250 000,00	-	-	(65 096,36)	-	55 785,86	240 689,50

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 8 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

R. Rocha

A DIREÇÃO

Paulo Gomes Pereira

Fundação Joana Simões Alpuj

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2021

(Valores expressos em euros)

	Fundos	Reservas	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
1	250 000,00	-	-	(32 685,14)	-	(18 684,41)	198 630,45
Alterações no período							
Princípio de adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de reavaliação de ativos							
Excedente de reavaliação de ativos							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas em fundos patrimoniais							
2	-	-	-	(5 855,36)	-	5 855,36	-
3	-	-	-	(5 855,36)	-	5 855,36	-
4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período							
	-	-	-	-	-	87 703,36	87 703,36
Resultado Integral							
	-	-	-	-	-	93 538,72	87 703,36
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
5	-	-	-	-	-	-	-
6 = 1 + 4 + 3 + 5	250 000,00	-	-	(38 540,50)	-	74 874,31	286 333,81

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 8 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

R. R. A. C.

A DIREÇÃO

Joana Simões Alpuj

Fundação Joana Simões Alpy

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Fundação Joana Simões Alpy, foi constituída em 2014, tem a sua sede na Rua Latino Coelho em Lisboa. A Fundação tem como atividade principal a recuperação de objectos litúrgicos, de arte sacra, de paramentaria e outros objectos com interesse artístico ou de suporte da devoção cristã, que estejam no circuito comercial a fim de destina-los ao culto católico.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Na preparação das suas demonstrações financeiras a entidade está sujeita ao Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de junho, o qual aprova o Sistema de normalização contabilística (SNC), e demais legislação complementar, bem como as devidas alterações, em particular as alterações que constam no Decreto-Lei n.º 98/2019, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

A entidade adotou por apresentação das suas demonstrações financeiras de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (SNC NCRF).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) **Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) **Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo normativo SNC-NCRF.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.4. Provisões

A Fundação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.5. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.6. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Fundação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

4. **Ativos fixos tangíveis**

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2022

	Saldo em 01-jan-22	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-22
Custo:						
Outros ativos fixos tangíveis	16 168,43	-	-	-	-	16 168,43
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>16 168,43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16 168,43</u>
Depreciações acumuladas						
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor total líquido	<u>16 168,43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16 168,43</u>

31 de dezembro de 2021

	Saldo em 01-jan-21	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-21
Custo:						
Outros ativos fixos tangíveis	16 168,43	-	-	-	-	16 168,43
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>16 168,43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16 168,43</u>
Depreciações acumuladas						
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor total líquido	<u>16 168,43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16 168,43</u>

5. Outros investimentos financeiros

Esta rubrica inclui investimentos em Fundos imobiliários mensurados ao preço de mercado.

7.

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Ativo		
Outros investimentos financeiros	40 998,39	42 398,06
	<u>40 998,39</u>	<u>42 398,06</u>

6. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas	141,95	141,95
	<u>141,95</u>	<u>141,95</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares	1 585,00	1 585,00
	<u>1 585,00</u>	<u>1 585,00</u>

7. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Caixa	694,13	495,25
Depósitos à ordem	1 345 602,57	1 380 539,59
	<u>1 346 296,70</u>	<u>1 381 034,84</u>

8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	<u>31-dez-22</u>		<u>31-dez-21</u>	
	<u>Fornecedores gerais</u>	<u>Grupo / relacionados</u>	<u>Fornecedores gerais</u>	<u>Grupo / relacionados</u>
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	13 767,59	-	17 423,75	-
	<u>13 767,59</u>	<u>-</u>	<u>17 423,75</u>	<u>-</u>

Handwritten signature

9. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros” apresentava um saldo no montante de 1.154.846,79 euros.

10. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras contas a pagar	-	252,23	-	252,23
	-	252,23	-	252,23

11. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos períodos de 2022 e de 2021 a Fundação reconheceu rendimentos decorrentes de donativos pelos seguintes montantes:

	31-dez-22	31-dez-21
Donativos	52 345,00	32 745,00
	52 345,00	32 745,00

12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	31-dez-22	31-dez-21
Serviços especializados	24 173,30	12 345,23
Materiais	262,49	-
Serviços diversos (*)	1 235,62	1 060,59
Comunicações	1 210,62	1 050,59
	25 671,41	13 405,82

13. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Outros rendimentos e ganhos	19 090,00	98 531,00
	<u>19 090,00</u>	<u>98 531,00</u>

14. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Impostos	8,23	1,52
Outros gastos e perdas	90 000,00	30 000,00
	<u>91 407,90</u>	<u>30 166,82</u>

15. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

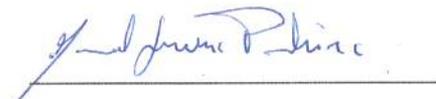
16. Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que a Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

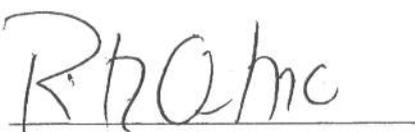
Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 66º - A do Código das Sociedades Comerciais, os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, ascenderam a 1.200,00 euros.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção e autorizadas para emissão a 8 de fevereiro de 2024.



(A Direcção)



(O Contabilista Certificado)

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2024

À atenção de

Navalho, Morais & Associado, SROC, Lda nº 138,
Avenida Infante Santo nº 40, 2º
1350-179 Lisboa

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **Fundação Joana Simões Alpuy**, NIF: 513 463 267, relativas ao ano findo em 31/12/2022, as quais evidenciam um total do balanço de 1.403.631 euros e um resultado líquido negativo de 45.644 euros, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vosso Relatório Auditoria, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com o referencial das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.

1.2 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes aos fundos patrimoniais estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.

1.3 Não existem:

- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a meio ambiente, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;

1.4 A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.

1.5 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.

1.6 Desde a data de aprovação das demonstrações financeiras (08/02/2024) até à data desta Declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer factos ou circunstâncias significativas, para além dos ajustados ou divulgados, que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

1.9 Não existem distorções que não tivessem sido ajustadas, identificadas durante o vosso exame às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2022, exceto quanto ao valor dos fundos de investimento depositados no Banco Millennium BCP no valor de 40.998,39 Euros que não estão registados na contabilidade.

1.10 Tomámos conhecimento do conteúdo que irá constar do vosso Relatório Auditoria inclui o seguinte:

Reserva:

A empresa não cumpriu na sua totalidade com o indicado na alínea d) no artigo 9º da Lei 150/2015 (Alterada pela Lei n. º67/2021 Quadro das Fundações)

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

2.1 Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.

2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

2.3 Confirmamos que não foram reconhecidas despesas que devam ser consideradas confidenciais ou não devidamente documentadas.

2.4 A Entidade não registou e/ou pagou quaisquer quantias que se encontrem suportadas por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas e apenas as transações efetuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do exercício, se encontram devidamente suportados e refletidos nos registos contabilísticos da Entidade em 31/12/2022.

2.5 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.

2.6 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os administradores.

2.7 Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.

2.8 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.

2.9 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

2.10 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

2.11 Todas as informações constantes da declaração Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) estão adequadamente registadas. Assumimos que é da nossa responsabilidade a atualização permanente das informações a constar do referido registo.

2.12 Confirmamos que as últimas reuniões dos órgãos sociais da Entidade foram da Direção do dia 17 de Maio de 2018, do Conselho de Administração do dia 09 de Março de 2019 e da Assembleia Geral do dia 21 de Março de 2019.

2.13 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

2.14 Não temos projetos ou intenções:

- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
- que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
- de abandonar ou reduzir atividades.

2.15 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.

2.16 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.

2.17 Confirmamos que no decurso do exercício não foram solicitados quaisquer serviços a advogados e que não existem quaisquer litígios ou contingências, interpostos pela ou contra a Entidade, motivo pelo qual não foi necessário recorrer aos serviços destes profissionais.

2.18 Confirmamos que a entidade não detém quaisquer outras contas bancárias além das evidenciadas nos registos contabilísticos e indicamos que não foram alterados os titulares com poderes de representação junto das mesmas entidades bancárias, nem foram adicionadas ou canceladas contas bancárias.

2.19 As nossas responsabilidades, no que diz respeito à preparação e divulgação das demonstrações financeiras não se alteraram pelo facto destas, puderem vir a ser reproduzidas e divulgadas por meios eletrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresenta de forma apropriada a informação financeira e o relatório auditoria.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

Órgão de direção



Manuel Carlos Guerra Pinheiro Vieira Reis